

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 32ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pelos 30 anos de sua fundação

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUCIAMENTOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/10/2019

Presidência do Deputado Professor Cleiton

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Lavínia Rosa Rodrigues – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Cássio Soares – Professor Cleiton.

Abertura

O presidente (deputado Professor Cleiton) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pelos 30 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Prof^a Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Uemg; e Daniela Yokoyama, promotora de Justiça, coordenadora estadual de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representando o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; o Exmo. Sr. Rogério Correia, deputado federal; a Exma. Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG; o Exmo. Sr. Edelves Rosa Luna, secretário adjunto de Educação de Minas Gerais, representando a secretária, Julia Sant'Anna; a Exma. Sra. Simone Medeiros de Carvalho, presidente da Associação dos Docentes da Uemg; o Exmo. Sr. Ricardo Gomes Rodrigues, aluno da Escola de Música, representando os alunos da Uemg; e a Exma. Sra. deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação. Convidamos a todos a assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. Gilson Reis, vereador de Belo Horizonte; Thiago Torres Costa Pereira, vice-reitor da Uemg; Janderlúcio Ferreira da Silva, chefe de gabinete da Reitoria da Uemg; das Exmas. Sras. Michelle Gonçalves Rodrigues, pró-reitora de Ensino da Uemg; Prof^a Jacqueline Ávila Ribeiro, presidente da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Fadecit; dos Exmos. Srs. Prof. Robson dos Santos Marques, pró-reitor adjunto da PUC Minas, representando o reitor, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães; Fernando Sette Júnior, pró-reitor de Financiamento, Gestão e Finanças da Uemg; Moacyr Laterza Filho, pró-reitor de Extensão da Uemg; e Prof. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor da Fapemig.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Cordas da Escola de Música da Uemg.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo institucional sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira

Boa noite. Nossa! Vamos tentar de novo: boa noite!

É um prazer ter sido autora do requerimento para homenagear uma instituição pública de ensino cuja história se mistura com a redemocratização do nosso país.

Sou uma professora e, quando me formei, era chamada de professora primária, mas hoje ficou mais chique, é professora dos anos iniciais do ensino fundamental. Em síntese, era aquela que alfabetizava, aquela que primeiro recebia a criança na escola.

Quero dar boa noite a cada membro da comunidade acadêmica, porque, na educação básica, a gente chama isso de comunidade escolar, bem como quero cumprimentar os estudantes que estão aqui – me parece que são estudantes de várias unidades da universidade – e ainda cumprimentar todos que fazem parte deste ato de celebração. Vocês me permitam fazer alguns cumprimentos antes, e eu quero reafirmar exatamente o que nós estamos fazendo aqui.

Além de toda a resistência e de denúncias e discussões, é preciso celebrar, porque, se nós não celebrarmos, eles vão apagando o que é público, o que é importante, o que é democrático, e vão apagando, apagando, e a gente muito dedicada a fazer o enfrentamento, a fazer a luta ou a denúncia, não cuida da memória. Então apresentei esse requerimento que também é um requerimento de celebração, além de ser um requerimento de resistência em defesa da escola, da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, e que respeite a diversidade e que fortaleça a democracia em nosso país.

Queria dizer a vocês o que me motivou a fazer, a ser a autora desse requerimento que dá origem a esta reunião especial. Quero cumprimentar meu colega da Comissão de Educação, que, neste ato, nesta celebração, representa o presidente da Casa, Agostinho Patrus, e que é um parceiro de muitas lutas com essa mesma agenda da educação pública. Então quero cumprimentá-lo, Professor Cleiton, em nome do nosso presidente, hoje presidindo a nossa reunião especial.

Quero cumprimentar a nossa reitora que aqui, nesta celebração, representa a Universidade do Estado de Minas Gerais, como vocês me ensinaram outro dia em audiência pública. Fico muito feliz por uma professora primária ter tido a honra de celebrar os 30 anos da Universidade do Estado de Minas Gerais. Então, um forte abraço a você, Lavínia, e assim a todos da nossa universidade, com todas as suas unidades. Vocês me permitam cumprimentar a promotora de justiça, a coordenadora estadual de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a promotora Daniela, com quem estive desde a época das graves. Eu, fazendo as greves, e nós, lá na mediação. É uma honra tê-la conosco. O seu trabalho nos engrandece, e é muito bom saber que você está lá naquela trincheira, enquanto nós estamos aqui nesta trincheira, cada um na sua trincheira. É uma honra e um prazer.

Quero cumprimentar um colega de luta. Ele começou antes de mim, no caso, mas permanece e persiste fazendo a luta, agora, em Brasília, um lugar que tem sido muito difícil, porque, em sua maioria, não representa a população. Quem retira direitos, quem faz reforma da Previdência, quem faz o que está em discussão e o que está sendo aprovado no Congresso Nacional não está representando o povo, mas o deputado federal Rogério Correia faz parte daqueles que representam a maioria da população brasileira. É um prazer tê-lo conosco.

Em relação à Sandra, o Cleiton me ensinou que a gente tem que falar magnífica reitora, mas quero cumprimentá-la, Sandra, e é um prazer a convivência, neste ano, vendo a sua atuação em defesa da nossa UFMG, universidade que às vezes é atacada neste Plenário, deturpada na sua função, porque eles tentam sempre dizer aquilo que não acontece, e você sempre firme nessa liderança em defesa da nossa universidade federal.

Quero cumprimentar o secretário de Estado Adjunto de Educação, o Edelves. O Edelves me parou aqui e disse: “Hoje tivemos uma boa reunião com o sindicato”. No caso, é a educação básica, e eu disse a ele: que ótimo, se a reunião foi boa, quer dizer que nós já sabemos o dia em que o piso salarial do magistério será pago. Então eu fiquei mais feliz ainda com a notícia de que tivemos uma boa reunião.

Quero cumprimentar a Simone. Uma mesa não está completa se nós não tivermos a representação da classe trabalhadora, não é? Então a Simone aqui representa a Associação dos Docentes da Uemg. É sempre importante, e todas as mesas têm que ter a nossa representação.

Quero cumprimentar o Ricardo, que aqui representa os alunos. O Ricardo é aluno da Escola de Música, e, na pessoa dele, eu quero dar um abraço e cumprimentar todos os estudantes que estão aqui conosco.

Já tive oportunidade, como presidenta da Comissão de Educação, de conhecer duas unidades da universidade. Estive em Divinópolis e me encontrei com alguns estudantes que estão aqui, e nós nos reunimos lá, e estou encaminhando tudo o que foi

combinado lá. Tive oportunidade de ir a Divinópolis e pretendo, como deputada, no exercício deste mandato, conhecer, visitar todas as unidades da Universidade do Estado, porque quando a gente conhece a realidade, a gente sabe melhor defendê-la e sabe melhor enfrentar os problemas.

Vocês me permitam também cumprimentar o vereador Gilson Reis, que está ou esteve conosco aqui, e, na pessoa dele, cumprimentar toda a bancada do PSOL e do Partido dos Trabalhadores, que, mais uma vez, fez uma luta fundamental em defesa da educação. Isso porque tiraram a liberdade de cátedra, a liberdade de ensinar. É um ataque à escola pública e à educação. Aliás, não só a bancada do PSOL e a bancada do Partido dos Trabalhadores, mas outros vereadores e vereadoras estão fazendo uma defesa fundamental na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na qual eu e a deputada Andréia de Jesus estivemos à tarde. Também cumprimento a deputada Andréia, pela gentileza de partilharmos este momento, coletivamente. Cumprimento ainda os deputados Cássio Soares e Betinho Pinto Coelho, pela gentileza do compartilhamento deste momento. Vocês também me permitam cumprimentá-los, porque foram de uma grande gentileza quando a gente entrou e vocês começaram a tocar. Isso é muito bom. Este lugar precisa disso. Na Pastoral da Juventude, a gente chamaria isso de mística, mas não sei como vocês chamam. A gente precisa disso. Vocês deveriam vir mais vezes para a Assembleia Legislativa. Obrigada pela gentileza das considerações.

Ao fazer todos esses cumprimentos, também contextualizo um pouco esta homenagem que, pelo rito da Casa, não pode ser muito longa mesmo, é uma homenagem mais breve. Mas sei que muitos, talvez a maioria dos estudantes que aqui vieram, vieram com muita expectativa, e vários com uma expectativa de fala, uma expectativa de serem escutados. Este é um rito de celebração, de homenagearmos a nossa universidade, mas quero com vocês, estudantes que estão aqui, e também com os profissionais da universidade, assumir o compromisso, e acho que falo não só por mim, mas também pelo Professor Cleiton e pela maioria da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, de continuarmos pautando a realidade e as necessidades da Universidade do Estado de Minas Gerais, realizando audiências públicas para que vocês tenham voz e também para que nós possamos discutir a situação dos professores. Recebi, ao chegar aqui, um manifesto pelos 30 anos da Uemg, assinado por professores cofundadores da universidade, concursados, efetivos, efetivados, designados, sobretudo protagonistas, partícipes dos 30 anos da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Tenham o meu compromisso de que nós discutiremos a vida das professoras e dos demais profissionais, porque não existe educação de qualidade sem condições dignas de trabalho e não existe educação de qualidade sem orçamento. Nós vamos disputar esse orçamento. O orçamento tem que ir para a educação pública, seja ela básica, seja ela superior. Isso não é acessório. Nós deveríamos estar numa excelência de condições de estrutura, de carreira. Nós deveríamos, pelo tamanho e pela importância de Minas Gerais, ver todos os estados querendo vir para cá dar aula na Universidade do Estado, e nós vamos batalhar por isso. Nós vamos batalhar para a nossa universidade ser do tamanho que o povo mineiro merece.

Então quero trazer aqui esse compromisso, porque fiquei pensando em tudo o que eu poderia dizer, e acho que o importante é dizer da vida concreta, do nosso compromisso com a defesa da pesquisa. Estou vendo a Fapemig aqui conosco. A pesquisa é indissociável da nossa universidade, a defesa da nossa Fapemig é a defesa do orçamento para pesquisa, ciência, tecnologia e produção do conhecimento.

Quero convidá-los a fazer algo muito importante. Vocês sabem que, como professora da educação básica, a gente vive muitas dificuldades no nosso dia a dia, e eu aprendi que a melhor forma de enfrentá-las é falar da nossa realidade. Mas, além de falar da nossa realidade, falar daquilo que a gente faz de bom. Se existe universidade de pé é porque vocês fazem muito, todos os dias, e a população mineira precisa saber da importância do trabalho de vocês, e, se depender da Comissão de Educação, nós também faremos isso. Se nós não contarmos a excelência que é o nosso trabalho no serviço público, ninguém vai contar, e fica sempre a falsa ideia de que o privado é bom. Não é verdade. É o público que é bom, porque é o público que não distingue e que não faz discriminação por poder econômico; é o público que tem o dever de prestar o serviço a toda a população, com equidade; é o público que tem a

possibilidade do acesso, independentemente da condição, do poder econômico, então a gente tem que defender o serviço público, e a gente tem que dizer de tudo de bom que nós fazemos nas diversas unidades pelo Estado de Minas Gerais afora.

Para finalizar, vou entregar a toda à nossa Mesa aquilo que nós nos comprometemos a fazer, o Professor Cleiton, eu e também o vice-líder do Bloco Sou Minas Gerais, deputado Fernando Pacheco. Nós protocolamos, nesta Casa, um requerimento para a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade do Estado de Minas Gerais, com a adesão, com a assinatura de mais de 60 deputados estaduais. A frente é importante porque possibilita a articulação de forças para além de nós, deputados, uma articulação de forças que vai envolvê-los com toda a diversidade de representação que temos. Então agora é construí-la de forma coletiva, participativa, democrática e fazer a defesa da nossa universidade do Estado, porque é para isso que estamos aqui, para fazer a defesa daquilo que é essencial.

Agora me permitam finalizar, mais uma vez, sendo solidária a dois professores, porque a gente precisa aprender que, quando mexem com um de nós, mexem com todos. Não importa se é da educação básica ou se é do ensino superior. Não importa se é de uma rede municipal ou se é de uma rede estadual. É inadmissível uma professora ou um professor ser agredido no exercício da sua função. É inadmissível que as humilhações e as violências que sofremos se tornem espetáculo a ser filmado e a ser compartilhado em grupos de WhatsApp.

Então eu quero manifestar a minha solidariedade com a professora da rede estadual lá do Vale do Mucuri que foi agredida ao sair do seu local de trabalho, como também com o professor da rede municipal de Belo Horizonte, agredido no seu local de trabalho. Uma sociedade que não valoriza a educação, que corta dinheiro, corta orçamento da educação e agride professoras está doente, e por isso nós somos tão necessários para fazer com que essa sociedade melhore, para fazer com que essa sociedade valorize o que precisa ser valorizado: a educação pública, laica, de qualidade, que traga equidade. E essa educação respeita os seus profissionais. É para isso que o nosso mandato está aqui, é para isso que estamos fazendo a luta. Um forte abraço e viva aos 30 anos da nossa Universidade do Estado de Minas Gerais!

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Professor Cleiton, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, e a deputada Beatriz Cerqueira farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à professora Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a formar cidadãos éticos, críticos e inovadores, comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos mais diversos setores da sociedade. Eis a missão primordial da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, criada em 1989 por disposição contida na Constituição Mineira. Presente em 16 municípios, a instituição oferece atualmente 115 cursos de graduação na modalidade presencial, 8 mestrados e 2 doutorados. Ao completar 30 anos de existência, a Uemg recebe honrosa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o fortalecimento das políticas públicas e para o avanço científico e tecnológico do Estado”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Lavínia Rosa Rodrigues

Boa noite. Eu pensei “será que consigo fazer igual à Beatriz?”. Não, não conseguirei. Mas vamos lá.

Eu quero cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Professor Cleiton, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus. Eu vou me permitir dizer que o deputado Professor Cleiton é um ex-aluno da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Exma Sra. Presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem. A Beatriz é dessas mulheres que a gente

conheceu e conhece na luta em defesa da educação pública, do direito das trabalhadoras e dos trabalhadores. Em nome da universidade, deixamos registrado o agradecimento, uma verdadeira gratidão pela honraria – a partir da Comissão de Educação e em seu nome próprio – desse requerimento para celebrar os 30 anos da universidade. Muito obrigada, Bia.

Exma. Sra. Coordenadora Estadual de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, promotora de justiça, Dra. Daniela Yokoyama, representando o procurador-geral de justiça, Dr. Antônio Sérgio Tonet.

Exmo. Sr. Deputado Rogério Correia, meu colega, ex-dirigente do Sind-UTE – estivemos juntos em vários congressos. A Bia ainda era uma criancinha. Nem era nascida, mas nós já estávamos na fundação da UTE; não existia Sindi-UTE. Então muito obrigada por estar presente neste dia de homenagem à Universidade do Estado de Minas Gerais; com certeza, contribuiu para ajudar a escrever a nossa história.

Exma. Sra. Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Sandra Regina Goulart Almeida, muito obrigada por estar aqui. É uma honra ter a reitora da maior universidade de Minas Gerais nesta cerimônia. Isso realmente qualifica a nossa noite de celebração.

Secretário Adjunto de Educação do Estado, Edelves Rosa Luna, representando a secretária de Estado de Educação, Júlia Sant'Anna. Muito obrigada Edelves Rosa – como eu, mas não somos parentes.

Sra. Professora Presidenta da Associação dos Docentes da Uemg, Professora Simone Medeiros de Carvalho, muito nos honra. Professora da universidade e ex-aluna formada por essa universidade também. Sua história traz toda essa trajetória. Obrigada, Simone, por estar aqui.

Ricardo Gomes Rodrigues, estudante da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais. A Escola de Música esteve em todos esses eventos dos 30 anos, seja com seu coral, seja com seus artistas dos instrumentos, nos homenageando. Nós achamos que a música, pela sua especificidade, multiplicidade e diversidade... Ter aqui um estudante da música poderia ser a síntese do que seja estudar numa universidade *multicampi*, numa universidade como a Uemg, uma universidade muito nova, e a gente precisa de muito chão e de muita estrada para chegar ao que todos nós pretendemos.

Eu pensei nesta homenagem – como nós temos muitos estudantes que chegaram à universidade, e até mesmo docentes e servidores, bem depois de sua fundação – e recorri a alguns registros da nossa história que eu gostaria de compartilhar com vocês. (– Lê:) “Identificada com a cultura, com o potencial humano e material e com as aspirações de cada região onde atua, a Uemg nasceu com a missão de aprender, expressar e contribuir para superar os graves problemas econômicos e sociais que angustiam milhões de mineiros”. Esse texto é do nosso brilhante, eu diria, desbravador da Universidade do Estado de Minas Gerais, o professor Aloísio Pimenta. Ele escrevia isso lá em 1991. Aprendi muito com o professor e tenho certeza que diversos que estão aqui aprenderam também. Era um militante, um reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e depois reitor da Universidade do Estado. E nos limites de sua missão, de sua esfera de atuação, a Uemg assume para si a responsabilidade de ser um agente integrador dos valores de cada região, procurando compartilhar com outras instituições e com a sociedade sua meta de entrelaçar, de modo mais fecundo e produtivo, as diversas Minas Gerais. O compromisso da Uemg, com o amplo conceito de modernização e qualidade socialmente referenciada, envolve tanto a própria educação quanto a transformação da sociedade e a realização do bem-estar de populações ainda hoje carentes de bens e serviços essenciais, de serviços públicos.

Um sonho dos mineiros. A criação da Universidade do Estado de Minas Gerais pelos constituintes mineiros é assim anunciada: como capaz de contribuir para a reversão das desigualdades que excluem muitos jovens de alcançarem um diploma universitário. De fato, nestes 30 anos pode-se dizer que esse sonho de construir uma universidade pujante permanece vivo. E foi acertada a decisão deste Parlamento.

Recorro, mais uma vez, ao que publicou o reitor Aloísio Pimenta e aproveito este momento para, em nome dele, registrar a importância de todas e todos que acreditaram, lutaram e lutam pela consolidação da Uemg. Ele disse assim: “Essa universidade dispõe

de um grande potencial humano. Têmpera, dedicação e garra das instituições que o próprio governo de Minas criara e abandonara” – ele está falando das fundações – “sem apoio, desde a época do governador Magalhães Pinto. Resistimos às perseguições e ao descaso do governo de Minas.

A Uemg finalmente saiu do papel.” Isso foi em 1992. “A Uemg nasce *multicampi*, com a incorporação de fundações públicas que ofereciam basicamente o ensino de graduação. Assim, a criação da Uemg foi norteadada pela premissa do máximo de aproveitamento da rede de ensino superior já instalada em Minas Gerais. Sua criação e condições de instalação estão dispostas nos arts. 81 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989. Os três parágrafos” – nós somos três parágrafos – “ao mesmo tempo, do art. 82, diziam das fundações e da criação de duas universidades: a Uemg e a Unimontes. O seu primeiro parágrafo destinou-se explicitamente às fundações educacionais de ensino superior instituídas pelo Estado ou com sua participação, outorgando-lhes o prazo de 180 dias para que optassem pela absorção como unidades da Uemg, ou pela extinção dos vínculos com o poder público. Um outro parágrafo - do art. 72 – transformou a Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior em universidade estadual, a Unimontes. E a gente sempre diz que essa é a clara diferença entre as duas estaduais. Uma, praticamente, assim que os constituintes criaram a universidade, se transformou numa universidade, ainda cobrando mensalidades, que é a grande história das nossas unidades. Mas a história da Uemg foi muito mais difícil e é muito mais difícil. Não quero dizer... O professor-reitor da Unimontes fala que lá também é difícil, e de fato é muito difícil. Mas, se nós imaginarmos, as nossas construções demoraram mais. A criação dessas duas universidades ocorreu, portanto, a partir da reorganização das fundações educacionais já existentes. Valendo-se, para tanto, de dois caminhos: transformar uma fundação em universidade ou então absorver as unidades da Uemg.

O processo de estruturação da Uemg revelou-se lento e complicado. As fundações precisavam ser saneadas financeiramente, o que só ocorreria após a resolução de todas as dívidas, inclusive das que dependiam de decisão judicial, para que, em seguida, pudessem ser extintas, transferindo-se, assim, o patrimônio de que dispunham para a reitoria da Uemg, bem como todos os seus funcionários, professores e discentes. Essa espera foi conturbada. A necessidade de instalação da Universidade Estadual acontece num momento em que se vendia a ideia de que o problema dos países naquela época – o Brasil chamado de terceiro mundo – era a educação básica, e que investir em ensino superior seria algo secundário. O perigo dessa meia verdade é que o esforço pela melhoria da educação básica, claro, é fundamental. Mas aceitar que o investimento no ensino superior poderia esperar ou ser adiado não passava de uma atitude colonialista. Basta lembrar que a universidade no Brasil nasceu muito tarde, em 1923. A nossa querida UFMG, orgulho dos mineiros, uma das mais importantes instituições de ensino do nosso país, nasceu em 1927. Isso, acertei.

As universidades são instituições importantíssimas para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural, contribuindo para a construção de nossa nacionalidade. Por isso, aquilo nos indignava, e eu digo, por isso é a nossa indignação contra essa meia verdade. As forças contra a instalação da Uemg estavam sempre atuando, e vez ou outra tínhamos que nos explicar quando dizíamos “estudo na Universidade do Estado”. Onde? Que universidade é essa? “Ah, eu trabalho na Uemg.” “Uemg? Iemg?” “Não, Uemg.” Bom, ganhamos notoriedade quando uma revista fez uma constatação. Em 1991, a revista *Veja* publicou uma nota com a seguinte chamada: “Universidade fantasma”. O ex-ministro da cultura, Aloísio Pimenta, é nomeado reitor da Universidade Estadual – *sic* – de Minas Gerais – porque é Universidade do Estado, não é gente? O curioso é que a universidade é uma ficção acadêmica, só existe no papel, e seu único funcionário é o reitor. Está aqui o nosso mais antigo funcionário da universidade, o Dr. Gama, e ele se lembra dessa história, não é verdade?

Vejam como essa espera foi longa. Só em 1995 veio uma lei que regulamentou e que começou a organizar a universidade como autarquia, e aquilo foi muito comemorado por nós. Cinco anos depois de sua criação, a Uemg começou a sair do papel com a estruturação da reitoria, das pró-reitorias e de órgãos colegiados superiores. No interior, as fundações educacionais – e não eram só seis, não: Ituiutaba, Passos, Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Lavras, Patos de Minas e Varginha – optaram por serem absorvidas pela Uemg, e passaram à condição de *campi* agregados. Os estudantes continuavam pagando mensalidades, mas nós

falávamos que a universidade era do Estado, universidade pública. Na capital, o *campus* de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado, com essa mesma lei: a Escola Guignard, que tem a sua origem em 1943; a Escola de Artes Plásticas, atual Escola de Design, fundada em 1955; a Escola de Música, de 1954; e o curso de pedagogia, que como curso de pedagogia é de 1969, mas se resgatarmos a história começou em 1926, com a escola de aperfeiçoamento, na reforma Francisco Campos. As mantenedoras dessas três primeiras instituições foram extintas – da Guignard, da Escola de Artes Plásticas, da Escola de Música – e o curso de pedagogia, que era um curso superior da administração direta do Instituto de Educação de Minas Gerais – do Iemg – foi incorporado à Uemg. Por isso nós éramos da UTE, do Sindi-UTE, porque éramos professores do Iemg.

Os anseios dos mineiros foram sendo adiados. Lamentavelmente, os governos sucessivos não cumpriram o dispositivo constitucional de absorção das unidades que optaram integrar a Uemg. Algumas dessas unidades não morreram porque continuaram sendo financiadas pelos estudantes. Nesse cenário, outras ações permitiram o crescimento da Uemg, porque, até então, ela era praticamente só Belo Horizonte. Só em 2002 foi criado o Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco, em Barbacena. Também em 2002, a autarquia municipal de Poços de Caldas, em convênio com a Faculdade de Educação de Belo Horizonte, inicia o curso de pedagogia, lá em Poços de Caldas. Em 2005 foi criada a Faculdade de Políticas Públicas; em 2006 a Faculdade de Engenharia de João Monlevade; em 2006, em Ubá, a universidade se fez presente inicialmente com a oferta de um curso fora de sede, em *design*; em 2007 o *campus* da Uemg, em Frutal, foi estadualizado; a unidade Uemg de Leopoldina foi inaugurada em 2011, a última a ser criada. Cabe destacar que o processo de incorporação das unidades que optaram por serem absorvidas pela Uemg foi, e continua sendo, complexo e moroso.

Em 2005, uma emenda à Constituição Mineira possibilitou o sistema de associação entre as fundações optantes e a Uemg. Os estudantes continuavam pagando mensalidades. As fundações educacionais de Patos de Minas, Lavras e Varginha, optaram, em 2005, por se desvincular definitivamente da Uemg – uma espera muito grande. A partir de 2013 – 24 anos depois – a Uemg retoma um novo processo de expansão, com o início da incorporação dos cursos oferecidos por seis fundações associadas no interior de Minas, com sedes em Campanha, fundada em 1966; Carangola, 1970; Diamantina, 1968; Divinópolis, 1965; Ituiubata, 1970; e Passos, 1965. Também em 2013 foram incorporados os cursos mantidos pela Fundação Helena Antipoff, que são vinculados ao Instituto de Educação Superior Anísio Teixeira, em Ibirité, que foram criados em 2001. Em 2017, foi aprovado pelo Conun a transformação da unidade acadêmica do curso fora de sede em Poços de Caldas, em unidade. Duas outras unidades passaram por processo semelhante, ao mesmo tempo os cursos de Abaeté e de Cláudio, desvinculando-se da unidade de Divinópolis.

Em dezembro de 2018, a Assembleia Legislativa aprova a legislação. Eu disse, na frente do governador Pimentel, à época, quando assinamos e fomos comemorar a assinatura dessa legislação, que 29 anos se passaram para se aprovar uma legislação que autorizou o governo a assumir o passivo das fundações, bem como a transferência de bens para a Uemg, situação que foi acolhida e está sendo implementada pelo governo por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, com acompanhamento da Controladoria-Geral do Estado e da Advocacia-Geral do Estado. Mas foi uma conquista importante. Não sei o que estaríamos comemorando aqui hoje se não a houvéssemos aprovado e tido o apoio da Assembleia Legislativa. O deputado Cássio foi importantíssimo na conquista da aprovação dessa legislação, em 2018. Como estaríamos na universidade sem a garantia de conclusão desse processo?

E, para finalizar, a nossa universidade, que nasceu aqui no Parlamento em 1989, desde então vem se consolidando como instituição de ensino superior pública, gratuita, de qualidade, laica, com pluralismo de ideias e trabalhando inclusive, há bastante tempo, com o conceito e com a ideia da inclusão e do respeito à diversidade de qualquer ordem, o que aqui a gente deixa bem claro.

Hoje temos mais de 20 mil estudantes, dos quais, como foi dito, mais de 70% são oriundos de escolas públicas. Nesse sentido, a Uemg representa, em algumas regiões, a única possibilidade de acesso à universidade pública para as parcelas mais desfavorecidas da população.

A política de assistência estudantil foi consagrada, também em lei, em 2018. Estamos aqui com o ex-secretário de ensino superior, Prof. Márcio Portes, que sabe dessa luta. Contudo permanece a inexorável necessidade de elevar os investimentos nessa rubrica. Dos nossos 115 cursos e das muitas licenciaturas, nossos estudantes, em grande parte, serão futuros professores da educação fundamental e média. À parte isso, nossos bacharelados, em diversas áreas, alimentam os mercados regionais com profissionais conscientes, bem formados e compromissados com as mudanças de nosso tempo.

Estamos em 16 municípios mineiros, do Alto do Jequitinhonha ao Sul de Minas Gerais. A importância regional de suas unidades lhe confere uma capilaridade que, eu digo, nenhuma outra universidade no Estado possui, nem a nossa UFMG, que é tão grande. Apesar de sua importância social e formadora, a Uemg subsiste com grandes dificuldades, tanto na questão da infraestrutura... Todos nós sabemos que faltam recursos para as obras. A falta de recursos para elas tem sido uma constatação que dificulta o processo de melhoria das nossas unidades acadêmicas. Nem vou falar do nosso sonho de ter um *campus* da universidade, onde a reitoria também estará situada, aqui em Belo Horizonte. Esse sonho também já tem 30 anos. Não é, moçada de Belo Horizonte? A falta de recursos para as obras dificulta isso.

Também temos muita dificuldade na constituição de nosso quadro de docentes e de funcionários. Acreditamos que essa realidade do quadro de docentes pode ser revertida na medida em que estamos desenvolvendo e fazendo concursos para 723 vagas para a nossa universidade. Cerca de trezentas delas já foram divulgadas em 34 editais. É um balanço - assim nós entendemos - que muda e mudará a condição da nossa universidade.

Não temos aqui - não posso saltar isso... Embora as vagas para os concursos de servidores técnicos e administrativos tenham sido encaminhadas à Seplag ainda em 2018, até o momento não há sinalização de data para a realização dos concursos para técnicos e analistas universitários. Isso nos deixa muito preocupados. Estamos em movimento na tentativa de reverter essa situação.

Não tenho aqui a pretensão de ser a biógrafa da Uemg. Nossa gestão começou há um ano. Nossa gestão começou em julho de 2018. Nossa luta, vou dizer que começou em 1989. Nossos limites continuam nos desafiando e nos impulsionando a permanecer firmes em defesa da Uemg.

Por isso, a frente parlamentar de apoio à universidade é algo que, no processo histórico de inúmeras vezes que estivemos nesta Assembleia, enfim, a consolidação dessa frente tão ampla nos dá e nos motiva a permanecer firmes em defesa da nossa universidade e a acreditar no sonho daqueles parlamentares lá, de 1989, e de todos nós, que pedimos para que a universidade existisse e pudesse acontecer.

O que pedimos a esta Casa é isto: apoio para avançar na consolidação da universidade. E, talvez, seja por isso que reafirmamos... Utilizarei, mais uma vez, as palavras do saudoso Prof. Aluísio Pimenta, quando da inauguração do prédio da reitoria. A reitoria da Uemg já foi na Praça da Liberdade, onde hoje funciona o Espaço do Conhecimento. Ali funcionou a nossa primeira reitoria.

A Uemg, dizia o Prof. Aluísio, é uma resposta aos incrédulos, aos desanimados, aos descrentes e aos cínicos. E, naquela época também, o Prof. Aluísio Pimenta recorreu a um pequeno poema de um, ele dizia, trabalhador mirim. Hoje, nós temos os trabalhadores que são mirins também, da Uemg, e ele dizia que aquele trabalhador acreditava e sonhava com a Uemg e escreveu despretensiosamente assim: "Uemg, uma universidade feita para o povo; uma universidade para quem não tem medo da luta; uma universidade do Estado de Minas Gerais. Um caminho a seguir, uma decisão a ser tomada, uma batalha a ser vencida. Uma batalha, um caminho, uma decisão, uma jornada, que, juntos, vamos vencer". Obrigada.

Palavras do Presidente

Exma. Sra. Profa. Lavínia Rosa Rodrigues, magnífica reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais, a quem quero agradecer a lembrança. Quero dizer que, com muita honra, não faz muito tempo, eu estava em uma sala de aula da Universidade do

Estado de Minas Gerais. Na verdade, estou aqui presidindo esta sessão solene na companhia de duas reitoras de duas universidades públicas, pelas quais um dia passei. Só faltou uma universidade pública, só a Universidade Federal de Alfenas.

A deputada Beatriz Cerqueira diz que ainda bem que ela não me alfabetizou. Quase! Exma. Sra. Deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem. Queria só dizer que muita gente conhece a deputada Beatriz Cerqueira, na sua história de luta, como presidente do sindicato, como presidente do Sind-UTE, como sindicalista, mas aqui se encontra muito mais do que a sindicalista, a presidente da Comissão de Educação, a professora Beatriz Cerqueira, com quem tenho aprendido a cada dia. Ela tem nos ensinado, nesta Casa, a cada dia. A professora alfabetizadora, mas, acima de tudo, a professora que acredita na educação pública nos ensina muito. Eu tenho aprendido muito, e é uma honra hoje ter a inversão dos papéis. A minha presidente está sendo presidida por mim.

Exma. Sra. Daniela Yokoyama, promotora de justiça, coordenadora estadual de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, uma guerreira também pela educação pública, aqui representando o Sr. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça. Quero dizer que o procurador-geral de justiça tem dois filhos. Um está terminando o mestrado na UFMG, e a filha cursa ciências sociais na Unicamp. Os dois querem ser professores.

Exmo. Sr. Rogério Correia, deputado federal, também com um histórico de luta em defesa da educação do Estado de Minas; Exma. Sra. Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, magnífica reitora da UFMG, que muito nos honra com sua presença nesta sessão; Exmo. Sr. Prof. Edelves Rosa Luna, secretário adjunto de Educação de Minas Gerais, representando a Sra. Júlia Sant'Anna, secretária de Educação; Profa. Simone Medeiros de Carvalho, presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, também uma batalhadora, alguém que também honra a profissão e que tem sido uma das nossas grandes parceiras na luta pela Uemg; Sr. Ricardo Gomes Rodrigues – chamando de senhor aqui -, aluno da Escola de Música, representando os alunos da Uemg; todas as autoridades que foram mencionadas, de uma forma especial o deputado Betinho Pinto Coelho, cuja mãe foi vice-reitora da Uemg; deputado Cássio Soares, já mencionado pela reitora Lavinia - quem é do Sul de Minas, como eu sou, conhece a história do deputado Cássio Soares, que é uma história também em defesa da Uemg; deputada Andréia de Jesus, que também é uma guerreira nessa causa que defendemos nesta Casa pela universidade, pela escola pública de uma forma geral; de forma especial, quero saudar vocês, que estão nas galerias, principalmente para quem essa universidade existe, razão da realização desta sessão solene pelos 30 anos de existência da universidade. Por isso, peço uma salva de palmas especial para os alunos da Uemg. Soprou a reitora que eles estão representando cada um dos mais de vinte mil alunos dos 115 cursos que hoje existem na Uemg.

Trago aqui as palavras do deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (– Lê:) “Só podemos levar em conta o projeto de país ou de estado que considere como prioridade a educação, esse bem essencial e indispensável ao progresso da humanidade. Nesse sentido, ao criar a Universidade do Estado de Minas Gerais, em 1989, a Assembleia respondeu aos anseios do povo mineiro, ampliando as oportunidades de acesso da nossa população à universidade.

Em Minas, antes da Constituição Estadual de 1989, a oferta direta de ensino superior pelo Estado era praticamente inexistente, mas já era, há tempos, um sonho dos mineiros. Em 1928, em um encontro de estudantes e populares com o então chefe do Executivo, o grande escritor mineiro Pedro Nava dirigiu-se ao presidente da província, Antônio Carlos. Disse Nava: “O lançamento das bases para a fundação da universidade de Minas, velho sonho dos inconfidentes, corporizado, agora, em realização concreta, representa para a mocidade estudiosa uma oportunidade feliz”.

Esta oportunidade também concretizou-se em 1989, quando o Parlamento mineiro se reuniu para elaborar a Constituição do Estado, num momento em que Minas era uma das poucas grandes unidades da Federação que não possuía uma universidade estadual. A ocasião surgia amparada na própria Constituição da República, que inaugurava uma nova fase para a história da educação superior

brasileira, ao garantir para as universidades a autonomia e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A fim de alcançar seu formato moderno, a Uemg percorreu um longo processo, sempre contando com o apoio e a atuação desta Casa.

Foi uma ação de muitos parlamentares, mas, para homenageá-los, citamos a participação decisiva, nessa fase inicial, dos deputados José Militão, Márcio Maia e Bonifácio Mourão – este, o relator da comissão constitucional. Fixados os parâmetros legais, intenso trabalho legislativo desenvolveu-se a seguir. Por fim, a Constituição do Estado criou, sob a forma de autarquia, a Uemg. Mais tarde, no início deste século, foi instalada a comissão especial para estudar e propor alternativas para a implantação da Uemg. Haveria muito mais exemplos, mas destacamos que, durante todos esses anos, o Legislativo Estadual não tem poupado esforços para garantir a interiorização e a universalização do ensino superior nas diversas regiões do Estado.

Do mesmo modo, nos limites de sua missão e de sua esfera de atuação, caracterizando-se por apresentar uma visão dinâmica de conjunto, a Uemg tem atuado como agente integrador dos valores de cada região do Estado e de cada segmento social. Constatamos, com alegria, a presença da universidade na capital mineira, na região Central, no Sul e no Centro-Oeste de Minas, na Zona da Mata, no Triângulo Mineiro e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Assim, podemos dizer que a Uemg, *multicampi*, representa um símbolo de união entre as diversas Minas Gerais. Em outras palavras, é possível afirmar que, sem renunciar à universalidade das ideias e aos compromissos com a cultura e a educação, a Uemg volta-se prioritariamente para o conhecimento e a transformação da realidade mineira. Por esse motivo, afirmou certa vez o Prof. Aluísio Pimenta, nome fortemente ligado à instituição: “Universalista e, ao mesmo tempo, identificada com a cultura, o potencial humano e material e as aspirações de cada região onde atua. A Uemg nasceu com a missão de pesquisar, identificar e desenvolver novas perspectivas culturais, científicas e tecnológicas para as regiões, o Estado e o País”.

Hoje acrescenta a essa missão outro propósito: o de promover o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado. Esses compromissos se dão num contexto de grandes desafios, com problemas, como a restrição orçamentária, aos quais a Assembleia prossegue atenta para ajudar a resolvê-los. Um exemplo disso é a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional nº 26/2019, que inclui a Uemg entre as instituições estaduais que deverão ter a garantia de repasse de recursos orçamentários.

Participar do esforço de recuperação da qualidade e da produtividade do ensino em Minas, em todos os níveis, é uma das prioridades da Uemg, que tem importante papel a cumprir na estratégia de retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social do Estado. Desse modo, é com muita confiança no futuro que parabenizamos a reitora Lavínia Rodrigues, todos os dirigentes da Uemg, na capital e no interior, o corpo docente altamente qualificado, os mais de vinte mil alunos, entre graduandos e pós-graduandos, os técnicos administrativos, a Secretaria de Estado de Educação e todos aquele que, desde o início, têm contribuído para a construção dessa bela história, que tanto orgulha os mineiros.”

Quero complementar as palavras do presidente, lembrando uma pergunta que eu fiz em uma das muitas audiências públicas que tivemos nesta Casa, na Comissão de Educação, para defender a universidade pública, nesse momento em que tantos ataques ela sofre. A pergunta que eu fazia era: para que serve uma universidade pública? Uma das respostas se encaixa perfeitamente no papel que a Uemg tem exercido nesses 30 anos, principalmente nos últimos tempos. Quando uma universidade traz o dado tão importante de que 75% do quadro de alunos vem de escola pública, para que serve uma universidade pública? Para incluir aqueles que talvez estavam com o seu futuro comprometido, um futuro fadado àquilo que a sociedade chama de fracasso; para incluir aqueles que são chamados de pobres, de marginalizados da nossa sociedade, dando a eles a oportunidade de transformar uma vida que talvez fosse condenada à exclusão, numa vida de sonhos, de oportunidades; e, acima de tudo, para promover a inclusão no que muita gente chama de mercado de trabalho, mas que eu vou chamar de uma vida de dignidade, sendo reconhecidos como profissionais que um dia passaram por essa universidade, que deve ser, sim, homenageada por esses 30 anos, fazendo a diferença na história do Estado mais importante desta nação e que se chama Minas Gerais. Vida longa à Universidade do Estado de Minas Gerais!

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos, agora, o Quarteto de Cordas da Escola de Música da Uemg, que apresentará as seguintes músicas: *Andante espressivo*, do Quarteto Opus 12, em *Mi Bemol Maior*, de Felix Mendelssohn; e *Se todos fossem iguais a você*, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

O quarteto é formado pelos professores Tiago Ellwanger, violino; Eduardo Swerts, violoncelo; e pelos alunos Ana Clara Almeida, violino; e Ciro Miranda, viola.

Em nome do deputado Professor Cleiton e da deputada Beatriz Cerqueira, agradecemos aos músicos a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/9/2019

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler, Coronel Sandro e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Leninha, por indicação BDL da liderança do André Quintão), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.256/2019, do deputado Repórter Rafael Martins e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais ocasionados pelo fechamento da ala de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcanti, no Bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte;

nº 4.257/2019, do deputado Repórter Rafael Martins e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio à Secretaria de Saúde pelo encerramento dos atendimentos de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcanti, localizado na Regional Noroeste de Belo Horizonte;

nº 4.320/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a campanha Calar Jamais!, lançada em 2016 pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC –, que tem como foco a defesa ampla da liberdade de expressão no País;

nº 4.376/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para a execução e o fornecimento de cronograma de negociação de indenizações dos atingidos tradicionais e não tradicionais dos Municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e da comunidade de Chopotó, em Ponte Nova;

nº 4.377/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para que atue, com prioridade, na mediação dos conflitos no assentamento Paiol, na região de Paracatu, tendo em vista ameaças e violações aos direitos fundamentais sofridas pelos moradores, conforme denunciado em audiência pública realizada no Município de Uberlândia, em 13/9/2019;

nº 4.378/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a priorizar, inclusive no âmbito do processo de revisão do orçamento do Estado para o ano de 2020, a disponibilização dos recursos necessários para as políticas de atendimento às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à garantia da oferta dos medicamentos necessários e da suplementação alimentar;

nº 4.379/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas a priorizar, inclusive no âmbito do processo de revisão do orçamento do Estado para o ano de 2020, a disponibilização dos recursos necessários para as políticas de atendimento às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à educação especial, de forma a garantir a oferta de salas de recursos e profissionais especializados suficientes ao atendimento;

nº 4.380/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para averiguação das condições das barragens de rejeitos de mineração da região do Triângulo Mineiro, inclusive no que se refere às condições de operação e ao cumprimento de condicionantes pelas mineradoras;

nº 4.381/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps-AD –, no Município de Uberlândia, para conhecer as atuais condições de atendimento da unidade;

nº 4.382/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais e à procuradora-chefe do Ministério Público Federal pedido de informações sobre as manifestações MPF nº 20190034709 e MPE nº 376821052019-9 das Comissões de Atingidos de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Comunidade de Chopotó, em Ponte Nova, protocoladas em maio de 2019, referentes ao pagamento do auxílio financeiro emergencial destinado aos fiscoadores e pescadores artesanais;

nº 4.383/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Jardim das Palmeiras e à Escola Estadual Amador Naves, no Município de Uberlândia, para conhecer as condições e os recursos humanos e estruturais dessas escolas, necessários à devida prestação do ensino especial às crianças com deficiência atendidas;

nº 4.385/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para garantir, diante do corte no financiamento para o desenvolvimento de pesquisas no País, a oferta das bolsas de pesquisa e extensão para os alunos da Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista a relevância das atividades desenvolvidas e a demanda apresentada durante audiência pública realizada nesse município, em 13/9/2019;

nº 4.386/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais no Município de Uberlândia e em todo Triângulo Mineiro, em que se esclareça, em especial, quais as ocupações e os assentamentos acompanhados no ano de 2019, se há procedimentos no Estado de reintegração de posse executados sob argumento administrativo e sem expedição de ordem judicial, e quais as ações adotadas no ano de 2019 e as previstas para o ano de 2020 pela Mesa de Diálogo;

nº 4.387/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova pedido de informações acerca da implementação do programa de qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais nos Municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e na comunidade de Chopotó, em Ponte Nova; e seja enviada cópia do documento à Defensoria Pública da União;

nº 4.388/2019, das deputadas Leninha e deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova em Belo Horizonte pedido de providências para o cumprimento imediato dos preceitos da

Deliberação Comitê Interfederativo nº 300/2019 e o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial aos fiscoadores e pescadores artesanais do processo de autorreconhecimento realizado em 2018;

nº 4.389/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público Federal pedido de providências para a apuração das denúncias relatadas pelos atingidos do rompimento da Barragem do Fundão dos Municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e da comunidade de Chopotó, em Ponte Nova;

nº 4.390/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e à Defensoria Pública da União as notas taquigráficas da 37ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a violação de direitos das comunidades tradicionais de garimpeiros fiscoadores, pescadores artesanais e demais categorias de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, tendo em vista a representação protocolada em face dessa fundação (Manifestação MPF 20190034709 e Manifestação MPE 3768210520119-2), em razão do descumprimento da Deliberação 300 do Comitê Interfederativo;

nº 4.398/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem sejam encaminhadas a Fundação Renova as notas taquigráficas da 37ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a violação de direitos das comunidades tradicionais de garimpeiros fiscoadores, pescadores artesanais e demais categorias de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, tendo em vista a representação protocolada em face dessa fundação (Manifestação MPF 20190034709 e Manifestação MPE 376821052019-2), em razão do descumprimento da Deliberação 300 do Comitê Interfederativo;

nº 4.437/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a responsabilidade de autoridades e funcionários públicos municipais de Santa Luzia por ação ou omissão que tenham resultado em violação de direitos humanos, em negligência, periclitacão da vida e saúde dos pacientes, tortura e morte, entre outros ilícitos ocorridos em asilo estabelecido nesse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Hely Tarquínio (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BMTH) e Cássio Soares (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registram-se as presenças dos deputados Betão e Professor Cleiton, membros da comissão, da deputada Laura Serrano e dos deputados João Magalhães e Doorgal Andrada. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Às 15h54min a reunião é suspensa. Às 17h8min, a reunião é

reaberta. Registram-se a presença do deputado Ulysses Gomes e a retirada da deputada Laura Serrano e dos deputados Glaycon Franco, Professor Cleiton, João Magalhães e Doorgal Andrada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.586/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Prédio II da Escola Estadual Governador Milton Campos (Estadual Central), em Belo Horizonte, para verificar o funcionamento dessa importante unidade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Professor Cleiton, presidente.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/10/2019

Às 13h44min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Betão e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.475/2018, no 2º turno, do qual designou como relatora a deputada Andréia de Jesus. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.492/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada visita à Ocupação Chico Rei, no Município de Ouro Preto, para verificar a situação do movimento junto às autoridades locais, objetivando a conciliação para a solução do conflito;

nº 4.503/2019, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e do deputado André Quintão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as dificuldades atuais na assistência à saúde dos povos originários, como direito humano básico e o papel do Estado em executar as políticas relacionadas a esse tema, tendo em vista óbitos de crianças indígenas de várias etnias do Estado;

nº 4.508/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as reiteradas violações de direitos humanos da população atingida pela monocultura do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, bem como os conflitos socioambientais e impactos negativos do plantio do eucalipto no semiárido mineiro;

nº 4.602/2019, da deputada Leninha e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a importância do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais – Conedh;

nº 4.608/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita à terra indígena Xakriabá, no Município de São João das Missões, para verificar as violações de direitos humanos do território e o aumento dos conflitos, especialmente os relacionados ao acesso à água das Aldeias Vargem Grande e Caraíbas, convidando-se para a visita, entre outros, representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais – do Ministério Público Federal;

nº 4.609/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que a força-tarefa que atua nas diversas áreas relacionadas ao rompimento da Barragem B1 da

Mina Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, considere a inclusão do Rio São Francisco em todas as ações de reparação pelos danos causados por esse rompimento;

nº 4.610/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o processo de regularização do território da comunidade pesqueira e vazanteira de Canabrava, no Município de Buritizeiro, convidando-se para o evento, entre outros, um representante da Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais – SPU-MG;

nº 4.611/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal - MPF - e à Defensoria Pública da União – DPU – pedido de providências para acompanhar o Processo nº 2006.38.07.005225-4, do Tribunal Regional Federal 1ª Região, Subseção Judiciária de Montes Claros, que teve decisão judicial, emitida em 20/5/2019, em favor da Empresa Aperam Inox América do Sul homologando repasse formal de 57.788ha de terras devolutas do Estado para a referida empresa, prejudicando as comunidades tradicionais e camponeses que utilizavam as terras para sua atividade econômica e social nos Municípios de Capelinha, Veredinha, Turmalina, Minas Novas e Itamarandiba;

nº 4.612/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a destinação de recursos orçamentários no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2020-2023 – e na Lei Orçamentária Anual – LOA-2020 – à efetiva atuação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

nº 4.613/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para verificação da atuação dos servidores do Instituto Estadual de Florestas – IEF – contra membros da Comunidade Vazanteira Pau Preto, localizada no Município de Matias Cardoso;

nº 4.614/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de São João das Missões, para debater as violações de direitos humanos na terra indígena Xakriabá e o aumento dos conflitos, especialmente os relacionados ao acesso à água das Aldeias Vargem Grande e Caraíbas; e seja convidado, entre outros, representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais – do Ministério Público Federal;

nº 4.615/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Fundação Nacional do Índio – Funai – e à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais – do Ministério Público Federal pedido de providências para o imediato remanejamento das famílias Maxakalí, da Aldeia Verde, no Município de Ladainha, para outro território com condições satisfatórias de acesso à água para o plantio e dessedentação humana, conforme relato apresentado na 39ª Reunião Extraordinária, destinada a debater os direitos humanos territoriais e povos e comunidades tradicionais, na qual lideranças das famílias Maxakalí denunciam superlotação da aldeia, falta de espaço para o plantio de roças e falta de água e de alimentos;

nº 4.616/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas à regularização fundiária das comunidades tradicionais do Estado, em cumprimento das Leis nºs 21.147, de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, e 11.020, de 1993, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais;

nº 4.617/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que a Mesa de Diálogo atue nas resoluções de conflitos das comunidades tradicionais geraizeiras atingidas pelo Parque Estadual de Grão Mogol – Bosque, Bosquinho, Santa Rita, Cornélio, Tingui, Bocaina –, que requerem a recategorização do referido parque, para que seja resgatado e fortalecido o modo de vida dessas comunidades;

nº 4.618/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criminalização dos movimentos sociais e a atuação do Estado no cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse;

nº 4.619/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de providências para suspensão de todos os processos de licenciamento ambiental referentes às comunidades tradicionais no Estado que não tiveram respeitados seu direito à consulta livre, prévia e informada, conforme determina a Lei Federal nº 12.334, de 2019, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e a Lei nº 23.291, de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens;

nº 4.620/2019, da deputada Leninha e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para proceder à atualização da capacidade hídrica e vazão dos córregos afluentes do Rio Pardo de forma a coibir a emissão de outorgas incompatíveis com a realidade da região, conforme denúncia apresentada na 39ª Reunião Extraordinária, destinada a debater direitos humanos territoriais e povos e comunidades tradicionais;

nº 4.621/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a liberação do trecho da estrada interditado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF – que passa por dentro do Parque Estadual da Mata Seca e dá acesso mais rápido da comunidade à cidade;

nº 4.622/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para imediato fornecimento de energia elétrica à Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua, no Município de Matias Cardoso, conforme denúncia, apresentada na 39ª Reunião Extraordinária, em 26/9/2019, destinada a debater os direitos humanos territoriais e povos e comunidades tradicionais, de que a rede de energia elétrica passa por dentro do Parque Estadual da Mata Seca, mas não chega à comunidade, prejudicando a segurança dos moradores;

nº 4.623/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas pedido de informações sobre a outorga de água autorizada à Empresa Sul Americana de Metais S.A. com vistas à exploração de minério de ferro em diversos municípios do Norte de Minas, considerando-se que se trata de região semiárida e que a população local já convive com o racionamento de água em períodos de seca;

nº 4.624/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que seja suspenso o protocolo de intenção assinado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e a Empresa Sul Americana de Metais S.A. – SAM – até que o objeto do licenciamento seja informado, discutido e aprovado pela comunidade envolvida, conforme determina a Lei Federal nº 12.334, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e a Lei nº 23.291, de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens;

nº 4.625/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à diretoria de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis pedido de informações sobre os termos do licenciamento firmado com a Empresa Lótus, que pertence ao mesmo grupo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. – SAM –, que já teve três processos de licenciamento negados;

nº 4.626/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita à Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, no Município de Buritizeiro, para verificar violações de direitos humanos decorrentes de ameaças que a comunidade tem sofrido;

nº 4.627/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita à Comunidade Tradicional Cabeceira da Piabanha, no Município de Salto da Divisa, para verificar violações de direitos humanos decorrentes de ameaças que a comunidade tem sofrido.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2019.

Bruno Engler, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 8/10/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/10/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 431/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 696/2019, do deputado Leandro Genaro; 937/2019, do deputado Léo Portela; 1.056/2019, da deputada Delegada Sheila; 4.194/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago; e 5.309/2018, do deputado Vanderlei Miranda.

Requerimento n° 2.781/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 787/2019, do deputado Noraldino Júnior, 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, e 1.006/2019, do governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei n° 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir, 4.044/2017, do deputado Cássio Soares, 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana, 5.161/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, e 753/2019, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 3.017/2019, do deputado Doutor Jean Freire, e 3.033/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 20/2019, do deputado João Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.940 e 2.941/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de cumprir o que determina a Emenda à Constituição n° 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e da Polícia Militar relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 34/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Cleitinho Azevedo, Raul Belém e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2019.

Andréia de Jesus, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 38/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Doutor Wilson Batista, Roberto Andrade e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2019.

Braulio Braz, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/10/2019**

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas deputados e deputadas aqui presentes. Aos servidores desta Casa, boa tarde; ao público presente e ao público que acompanha pela TV Assembleia, boa tarde.

Caros colegas, o assunto que me traz aqui, hoje, que quero tratar e debater com vocês, é a lei de aprendizagem. Deputada Beatriz, V. Exa., que é educadora e, se não me engano, trabalhou muito com a aprendizagem infantil, sabe que a lei de aprendizagem brasileira é referência mundial. O Brasil se destaca nessa questão da lei de aprendizagem. Nesta semana, realizamos aqui, na Assembleia Legislativa, uma audiência pública, na segunda-feira, que tive a felicidade de presidir como presidente da Comissão de Participação Popular – uma audiência cujo requerimento foi feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. E quem nos solicitou que fizéssemos essa audiência foi o Fectipa – Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente. Gostaria de lembrar, deputado Betão, que essa audiência foi realizada em todos os estados brasileiros.

Na segunda-feira, nós tivemos a felicidade de receber nesta Casa mais de dois mil jovens, meninos e meninas, dentre eles os jovens que nos ajudam no gabinete, os jovens da Assprom, que faz um trabalho belíssimo de aprendizagem com esses jovens. Foi uma audiência muito rica.

Por falar em lei de aprendizagem, foi uma audiência em que, quem teve a oportunidade de acompanhar, muito aprendeu. O que nós estamos vivendo agora e por que eles nos solicitaram essa audiência, deputada Leninha? Devido ao risco que nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens estão sofrendo. Um risco iminente de acontecer neste país. Como acontece conosco, em tantos outros direitos que estamos perdendo com a lei trabalhista, com a reforma trabalhista, com a reforma da Previdência. Já incomodaram tantos e agora eles estão planejando incomodar os nossos jovens, os nossos adolescentes. Como? A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, deputado Betão, está pretendendo fazer algumas mudanças na classificação brasileira de ocupações. Ou seja, diminuir o número de ocupações que precisam da aprendizagem profissional. Se efetuarem isso, vão fazer com que caia para 1/3 ou menos o número de jovens aprendizes neste país.

Eles agem com o apoio de um deputado na Câmara dos Deputados, que também já está pensando em fazer, a pedido, segundo informações da Confederação Nacional das Indústrias – CNI – e dos grandes bancos, algumas mudanças na Lei da Aprendizagem e criar o estatuto da aprendizagem. São duas mudanças que eles querem fazer. Duas mudanças, a meu ver, cruéis. Eles querem que os jovens contratados sejam, preferencialmente, jovens do ensino médio. Ora, é bom lembrar que temos um presidente da República que diz, claramente, deputado Betão, que não vê problema algum em criança trabalhar. Acho que vocês todos já ouviram essas declarações.

Pois bem, existe também outra mudança que eles querem fazer. Vamos fazer um raciocínio, tentar juntar as duas e ver o que eles pretendem. A outra mudança que querem fazer na Lei da Aprendizagem é para que o contrato seja feito direto com as empresas e não passe pelas organizações, pelas Ongs, que fazem tão bem a aprendizagem profissional, que acompanham esses jovens, que os ajudam a se tornarem verdadeiros cidadãos e cidadãs, que não os preparam simplesmente para o mundo do trabalho mas também para a vida. Pois bem, se o contrato é feito diretamente com a empresa, deputada Leninha, e se é prioridade para jovens do ensino médio, começo a pensar – sou obrigado a pensar nisso – que eles estão querendo formalizar o trabalho infantil neste país. Eles estão querendo formalizar, ou seja, não precisa mais de aprendizagem, a empresa já faz toda essa função.

É bom lembrar que a Lei da Aprendizagem... Quando o jovem sai dessas organizações, dessas Ongs, muitos deles são contratados diretamente pela empresa onde trabalharam. Dou o exemplo nosso aqui, na Assembleia. O deputado Sargento Rodrigues, que está aqui há muitos anos, poderia talvez me responder. Talvez o deputado tenha, em seu gabinete, um jovem que foi aprendiz aqui, na Assembleia. Não sei se V. Exa. tem; no nosso gabinete, temos jovens que foram aprendizes aqui, na Assembleia. No nosso gabinete, trabalha o Renato, formado em história e em direito. Ele começou a trabalhar na Assembleia Legislativa aos 14 anos e chegou à chefia do gabinete. Hoje responde pela questão jurídica no gabinete.

Pois não, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exa., pois V. Exa. trata de um tema de muita relevância e de uma política pública importantíssima, que é cuidar principalmente dos adolescentes que, nessa fase, necessitam muito.

Eu tenho, sim, estagiários. Um estagiário que virou chefe da assessoria jurídica do gabinete. Tenho um conterrâneo de V. Exa., lá de Araçuaí, que trouxemos de lá, hoje é advogado, com a oportunidade que lhe foi dada. Mas o *boy* da Assprom... Há o *boy* da Inspeção São João Bosco, que tem a mesma intenção, a mesma proposta. A Inspeção São João Bosco é do Cesam – Centro Salesiano do Menor. E a experiência é quem vos fala, porque eu fui exatamente *office boy*, do mesmo jeitinho dos meninos da Assprom e do Cesam.

Então, este deputado é um exemplo que V. Exa. pode ter, porque eu fui *office boy* do Cesam. Foi a primeira assinatura da minha carteira e foi uma oportunidade feita, à época, com a sindicância social junto à

minha família. Então, a minha família, pela renda *per capita*, pela condição de IDH e de onde nós morávamos, na Cabana do Pai Tomás, nós poderíamos ser indicados para essa vaga. Feito isso, eu trabalhei da mesma maneira que o *boy* da Assprom, mas era do Centro Salesiano do Menor.

Talvez V. Exa. possa ter esse exemplo, para que V. Exa. possa ilustrar ainda mais sua fala.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Eu gosto de sempre provocar V. Exa. porque eu sei que V. Exa. sempre enriquece o nosso debate. Vocês ouviram a fala do Sargento Rodrigues, colocando como exemplo ele próprio. Eu disse que, no meu gabinete, também tem. Nós temos também duas estagiárias e, hoje, uma trabalha como chefe da comunicação. Olhem a importância de toda essa formação, deputada Leninha.

É bom lembrar que a Lei da Aprendizagem e essas organizações preveem que esses jovens devem permanecer na escola. É uma regra básica da Lei da Aprendizagem. Eles são acompanhados, ou seja, as notas e o rendimento deles o são. No nosso gabinete, hoje, nós temos o jovem Antônio, que faz um trabalho e dá uma colaboração muitos importantes para o nosso gabinete.

Voltando lá na junção dessas duas questões básicas que eles querem mudar para provar que... Por um lado, eles querem formalizar o trabalho infantil e precarizar o trabalho, por outro lado, como os jovens do ensino fundamental não terão o acesso, já que as mudanças preveem que, de preferência, se aumentem os jovens no ensino médio, esses jovens correm grande risco de sair da escola e de ir para o outro lado: o trabalho infantil escravo. Isso às escondidas. Então, nas duas pontas, essas mudanças, deputada Leninha, vão, sem sombra de dúvida, aumentar o trabalho infantil.

Por outro lado, quando a gente vê, lá atrás, o ataque às ONGs, chegando-se ao ponto de falar que elas estavam colocando fogo na Amazônia... A gente vê, agora, no outro lado também, as ONGs sendo atacadas. O deputado Sargento Rodrigues começou a sua fala colocando uma situação muito importante. Ele falou que essa é uma política pública. Isso me chamou muito a atenção. A Lei da Aprendizagem, o trabalho que essas organizações fazem é, sem sombra de dúvida, uma política pública das mais relevantes, em que o nosso país, em que nós temos a satisfação de sermos exemplos para o mundo. Se nós queremos fazer alguma mudança nessa lei, que ela venha para melhor. Então, nós fizemos vários requerimentos e queremos provocar várias instituições e câmaras. Fizemos um requerimento para formarmos uma rede, já que a audiência foi feita em todas as assembleias legislativas deste país. Que nós possamos formar uma rede com todas as frentes em defesa da criança e do adolescente.

Eu quero aqui deixar também o meu abraço à deputada Laura Serrano, que não está presente aqui neste momento. Ela não pôde estar na audiência, mas, junto com a deputada Ana Paula, que está em licença-maternidade, vem desenvolvendo um trabalho muito importante conosco na Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente.

Então, deixo aqui essa reflexão para os nobres pares, para que nós possamos debatê-la e levá-la para as nossas regiões e cidades. É importante – e nós questionamos isso lá também na audiência – que nós possamos levar, Sr. Presidente, aprendizagem para o interior, porque hoje ela está muito nas grandes cidades. É importante que nós possamos levar a Lei da Aprendizagem e, quem sabe, fazer uma parceria com as escolas família agrícola para levar também aprendizagem para o campo, levar essa lei da aprendizagem para ser formalizada também no campo.

O que nós lutamos em nosso mandato: a frente parlamentar é contra o trabalho infantil, é contra o trabalho escravo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos nobres pares pela atenção.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares, boa tarde aos servidores aqui da Assembleia, àqueles que nos assistem pela TV Assembleia e à imprensa presente.

Tenho dois assuntos, Sr. Presidente. Sou portadora de uma carta e quero fazer a leitura integral dela ao final.

O primeiro assunto que me trouxe à tribuna é dizer do meu repúdio, da minha tristeza, do meu protesto diante do caso de mais dois professores agredidos no exercício da função. E eu queria muito que os órgãos competentes também tivessem a celeridade de cuidar disso, porque é inadmissível uma professora, que sai da escola para pegar a sua moto e ir embora – não sei se para outra escola ou para casa – ser agredida e humilhada, como aconteceu numa cidade do Vale do Mucuri, se não me engano, ontem.

É um absurdo! A professora, que o tempo inteiro não reage às agressões, foi achincalhada, foi xingada, foi humilhada, foi jogada no chão. E não sei se o meu espanto é maior com a capacidade de alguém agredir fisicamente uma professora ou com a inércia das pessoas que na rua estavam e nada fizeram. Por um período inacreditável ela foi agredida, teve seus pertences retirados de suas mãos e depois um rapaz a retirou do local em outra moto.

Não adianta nem bondade, nem solidariedade por rede social. Nós precisamos interromper esse ciclo de as pessoas acharem que têm o direito de bater em professoras. Nós precisamos interromper esse ciclo. Eu teria também muitas falas de repúdio à pessoa agredida. De vez em quando o nosso Plenário aqui fica muito intenso em relação a determinados temas, e hoje precisava.

Não bastasse a professora ter sido agredida no Vale do Mucuri, um professor de 65 anos também foi agredido numa escola municipal do Bairro Alípio de Melo e teve que ir para o hospital. Quer dizer, essa é a dinâmica de uma cidade doente, que acha que é normal questionar ou discordar de uma professora pela violência física ou pelo ódio, como forma de fazer política de existência na sociedade.

Então, quero, primeiro, manifestar o meu protesto. Já fiz contato com a região. Quero que, com a mesma eficiência que outras situações são apuradas, a agressão a que essa professora foi submetida no Vale do Mucuri tenha a mesma agilidade, porque a gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Alguns são rapidamente identificados; para outros não há a mesma celeridade. Farei isso pelo nosso mandato, cobrando agilidade para que aquela pessoa que agrediu a professora de todas as formas, cujo vídeo tem circulado nos grupos de WhatsApp, seja devidamente responsabilizada.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Quero, primeiro, parabenizar a deputada Beatriz Cerqueira, sempre com falas de muita importância para esta Casa. Assim como V. Exa., eu também recebi esse vídeo. É realmente vergonhoso. Acho, deputada, que não cabe em momento nenhum... Porque alguém pode pensar talvez o que levou aquela pessoa a fazer isso. Para mim, não existe justificativa. O fato que V. Exa. relata aconteceu na cidade de Franciscópolis, no Vale do Mucuri. Já estive nessa cidade algumas vezes. Realmente nos espanta, espanta-nos ver aquela imagem. Ela nem pôde sair com sua moto que estava ao lado; outra pessoa que apareceu. Também quero concordar com V. Exa. Não sei o que nos espanta mais, porque as pessoas olharem, ficarem gravando e não fazerem nada também é uma violência, uma violência tremenda.

Então, quero aqui fazer coro com V. Exa. Coloco-me à disposição para ir até a cidade – já estive algumas vezes lá – para que seja apurado. Profª. Beatriz, tenha certeza, após ver o vídeo, eu fiquei pensando: como ela vai continuar nessa escola sofrendo agressões de outras maneiras talvez. Como vai ficar essa professora agora lecionando para a filha da senhora que a agrediu? São várias agressões; não só agressão física, mas também psicológica que a gente sabe que os professores e as professoras sofrem no dia a dia.

Quero parabenizá-la por trazer essa questão e me colocar à disposição para, juntos, debatermos e irmos a fundo nessa questão.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Agradeço-lhe, deputado Jean Freire. Nós temos que conversar sobre a vida das nossas professoras, gente. Vejo gente tão empenhada em falar sobre a escola sem conhecer a realidade, em falar da ação da professora sem conhecer o que a professora faz. Mas não vai haver indignação alguma com a professora sendo jogada no chão, sendo chutada, tendo seu cabelo puxado e sendo impedida de subir na moto para ir embora? E o professor de 65 anos? O professor que foi agredido numa escola no Bairro Alípio de Melo tem 65 anos e está quase se aposentando. É assim que a sociedade vai tratar o professor depois de ele dedicar... Porque ele dedicou uma vida à escola pública. Para chegar, faltando um ano para a sua aposentadoria... Ele tem uma vida de dedicação à escola pública. É assim? A gente joga uma lata de lixo, a gente joga um telefone, a gente joga um copo, a gente joga uma cadeira, a gente joga uma mesa na professora? É assim que a nossa sociedade vai se comportar em relação aos professores, às professoras? É a violência como forma de fazer política? É a violência como resposta a uma profissão tão essencial para a nossa sociedade? Deixo essas perguntas aqui. Deixo essas perguntas. Vou fazê-las pelo tempo que for necessário, até que a nossa profissão tenha o reconhecimento devido em relação ao que, de fato, ela é: essencial.

Só estamos aqui porque vocês foram todos alfabetizados. Todos passaram por uma escola. Todos tiveram um momento de socialização, porque a escola também é fundamental para isso. Todos tiveram algum nível de escolaridade e condições de viver em sociedade, porque é a escola que contribui para que as pessoas aprendam a viver em sociedade. O diferente disso é a barbárie, as pessoas resolverem do jeito que aquela senhora achou que poderia resolver: pela barbárie e pela violência física.

Então, quero deixar, de novo, o meu protesto, o meu repúdio. A gente tem que aprender que celular não é para filmar violência sofrida pelos outros. Você pega o celular e liga para a polícia quando está vendo um crime sendo cometido, ou então guarda o seu celular e ajuda a interromper o ciclo de violência quando têm condições de fazê-lo, e não fica assistindo àquilo como se fosse um espetáculo a ser assistido e, depois, a ser compartilhado por alguém. Então quero deixar o meu protesto.

Eu queria me dedicar a um segundo assunto, que vou tratar em outra oportunidade também. Quero só registrar que, nesse dia 3 de outubro, a nossa Petrobras faz 66 anos. É uma empresa fundamental para o desenvolvimento do nosso país. É uma empresa que gera empregos. Mas é uma empresa que, com o desinvestimento promovido neste país, com seu desmonte promovido neste país, nos últimos anos, perdeu 2,5 milhões de empregos. Nós estamos dizendo que só os empregos que foram perdidos pela política de desinvestimento na Petrobras, pelos ataques à Petrobras e pelas perspectivas da sua privatização são responsáveis por 19% dos desempregos que hoje temos em nosso país. A cada R\$1.000.000.000,00 investido pela Petrobras, volta 1,28 em produto interno bruto. Então o investimento na Petrobras volta em desenvolvimento econômico para o nosso país.

Nós precisamos fazer a defesa do nosso patrimônio. É impossível alguém, que defende a bandeira – esta aqui! – verde amarela, querer abrir mão de um patrimônio que se relaciona a soberania, porque petróleo se relaciona a soberania. Gás se relaciona a soberania. Então faço, antes de encerrar, a minha defesa da nossa Petrobras, que precisa continuar sendo estatal; e um alerta, porque a Refinaria Gabriel Passos está na lista daquelas que serão vendidas. É isso mesmo que nós, mineiros, queremos? Queremos ficar sem a Refinaria Gabriel Passos? É muito importante que a gente promova o debate aqui. É por isso que recentemente nós ajudamos na criação da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, aqui na Assembleia Legislativa.

Para finalizar, eu disse que havia recebido uma carta. Quero fazer sua leitura para os colegas que estão aqui, no Plenário, mas também para aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. É de uma pessoa que respeito muito, que muito me emociona pela sua dignidade, pela forma como encara a adversidade, a perseguição e tudo que enfrenta neste momento. Então, no meu tempo final, quero ser porta-voz, aqui em Minas Gerais, dessa importante carta, já também socializada nas redes sociais. A carta é endereçada ao povo brasileiro. Ela diz assim: (– Lê:)

“Não troco minha dignidade pela minha liberdade. Tudo que os procuradores da Lava Jato realmente deveriam fazer é pedir desculpas ao povo brasileiro, aos milhares de desempregados e à minha família pelo mal

que fizeram à democracia, à justiça e ao País. Quero que saibam que não aceito barganhar meus direitos e minha liberdade. Já demonstrei que são falsas as acusações que me fizeram. São eles, e não eu, que estão presos às mentiras que contaram ao Brasil e ao mundo.

Diante das arbitrariedades cometidas pelos procuradores e por Sérgio Moro, cabe agora à Suprema Corte corrigir o que está errado para que haja justiça, independente e imparcial, como é devido a todo cidadão, a toda cidadã. Tenho plena consciência das decisões que tomei nesse processo e não descansarei enquanto a verdade e a justiça não voltarem a prevalecer.

Curitiba, 30/9/2019. Luiz Inácio Lula da Silva”.

Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos deputados aqui presentes, àqueles que nos acompanham aqui das galerias e também através da TV Assembleia.

Primeiramente quero lamentar as agressões que foram feitas a professores no nosso estado. É uma vergonha a gente ver os docentes sendo agredidos pelos seus alunos. O vídeo que está rodando no WhatsApp, nas redes sociais é chocante, chocante demais. Incomoda muito saber que isso ocorreu aqui, em nosso Estado de Minas Gerais. Mas, como foi dito e bem dito, não basta lamentar. É preciso buscar os responsáveis. É preciso que eles sejam punidos, mesmo que menores de idade, que serão punidos de maneira muito branda devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas precisam, sim, serem punidos.

E é preciso também pensar como é que a gente chegou a esse ponto, o que foi feito da nossa educação para que as pessoas achem normal agredir um professor ou que os alunos achem que isso é uma coisa que pode ser feita. Mas é porque esculhambaram a nossa educação, acabaram com o senso de hierarquia, de disciplina. É por isso que nós defendemos tanto o modelo da escola cívico-militar, porque não se vê esse tipo de absurdo acontecer no Colégio Tiradentes, não se vê esse tipo de absurdo acontecer no Colégio Militar do Exército. Por quê? Porque são colégios onde há hierarquia, há disciplina e portanto há respeito ao professor. E é esse tipo de prática que não ocorre.

E aproveito a oportunidade aqui para comentar que diversos estados aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, e Minas Gerais é um deles. Nesse ponto, parabenizo o governo de Minas por ter aderido ao programa e aviso aqui aos prefeitos mineiros que está aberto o prazo de as prefeituras aderirem ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Faço um apelo aos prefeitos mineiros que peçam ajuda ao governo federal para que tenhamos aqui, em Minas, mais escolas com hierarquia, com disciplina e com um bom funcionamento.

Gostaria aqui também de falar, já que foi levantada, sobre a questão da Petrobras. Eu acho cômico, Sr. Presidente, deputados de esquerda virem aqui falar de desmonte da Petrobras, falar de desmanche, dizer que

aqueles que defendem a bandeira verde e amarela não podem apoiar a privatização da Petrobras. O problema é que aqueles que balançam a bandeira vermelha assaltaram a Petrobras. A Lava Jato está aí para comprovar isso. Foi um roubo bilionário. Os governos deles valeram-se de uma empresa aparelhada para fazer propinodutos em vez de gasodutos e resolverem seus problemas políticos com o dinheiro do povo. Foi isso que aconteceu. É isso que é ser patriota? É isso que é defender o nosso país? Vender a Petrobras não pode, não, mas roubar a Petrobras? Fiquem à vontade! E ainda temos que ouvir aqui a carta do presidiário, que comandava o esquema, como se fosse um pobre coitado, uma vítima do sistema. Luiz Inácio Lula da Silva é um ladrão, um bandido, que cumpre pena por corrupção e vai continuar cumprindo essa pena. Inclusive, ele nem quer sair da cadeia porque em regime semiaberto tem que trabalhar. E ele falou: “Trabalhar? Jamais. Prefiro ficar preso na minha cela, solitária, sem ninguém me incomodando, com televisão, com tudo a que tenho direito”. Acho que é a melhor cela do Brasil. Nunca vi um preso com tantas regalias. Mas, infelizmente, é a realidade desse bandido.

Concedo a palavra ao deputado Bartô.

O deputado Bartô (em aparte) – Parabéns pelas palavras. Primeiramente queria levantar aqui o caso da professora que foi agredida. Realmente devemos buscar, cada vez mais, harmonia no nosso povo, sem nenhum tipo de agressão, seja contra professor ou contra quem for. Quero lembrar que o assunto em que você tocou, sobre a falta de hierarquia, realmente ajuda muito nisto: pessoas que não compreendem o valor da lei, o valor de que uma organização deve ser seguida. Elas agem do jeito que bem entendem, como fez aquela senhora agredindo a professora, e a isso realmente cabe aqui todo o nosso repúdio.

E segundo, venho enaltecer V. Exa. por estar aí combatendo, mais uma vez, aquele bandido do Lula, que realmente não deveria ter espaço algum em lugar nenhum. Ouvi aqui a carta dele sendo lida em nosso Plenário, e realmente me entristece muito, porque, enquanto estamos aqui debatendo se aquele bandido deveria estar livre, solto, o que é ou deixa de ser, tantos outros estão aí livres. Muito se dá por estarmos aqui gastando energia ao discutir, entre nós mesmos, a situação de um bandido, cujo nome nem deveria estar sendo lembrado, em vez de estarmos caçando os outros que estão soltos.

Então me entristece muito o fato de a nossa população não entender que não deveríamos ter, de forma alguma, nenhum bandido de estimação. Os corruptos têm de ficar pagando as suas penas quietos na cadeia, que é o lugar deles. Nós, aqui fora, não deveríamos estar colocando o nosso nome, seja lá quem for, em defesa de qualquer tipo de corrupção e, sim, buscar aqueles corruptos que estão atrapalhando tanto a nossa nação. Obrigado.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, deputado Bartô. Em que pese o direito de cada parlamentar proferir seu discurso da forma como bem entender e fazer as defesas que acha necessárias, corroboro o pensamento de V. Exa.: é lamentável ver a tribuna desta Casa sendo usada para passar mensagem de um bandido condenado por corrupção, por ter assaltado o nosso país. A tribuna, o Plenário e esta Casa merecem mais do que servirem de palanque para criminoso.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria aqui de comentar mais um decreto relativo à arma de fogo, editado pelo nosso presidente Jair Bolsonaro, desta vez contemplando as nossas polícias e facilitando aos policiais o acesso a sua própria arma, à arma privada, porque muitas vezes há empecilhos para o policial obter a sua própria arma de fogo. Quer dizer, ao policial, que pode estar armado para defender a população mineira, impõem dificuldades para que ele tenha uma arma para si, para se defender e defender a sua família.

Então, esse decreto vem no sentido de seguirmos com o discurso que temos de confiança nos nossos policiais, nos nossos agentes de segurança pública e da garantia do direito à legítima defesa. Que os policiais possam ter mais facilidade para obter o seu armamento e, dessa maneira, se defenderem de forma eficiente.

Então, venho a esta tribuna parabenizar o governo Jair Bolsonaro pelo decreto e encerro, assim, a minha fala. Muito obrigado.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Aparecida Cardoso Teixeira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Célio Anísio Teixeira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Gabriel Henrique Zacaroni Barros, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/10/2019, a servidora Erika Werlang, CPF nº 726.333.956-00, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – redator-revisor, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/10/2019, na pág. 122, onde se lê:

“Danilo César de Oliveira”, leia-se:

“Danilo César de Oliveira Silva”.

E, onde se lê:

“Ester Hoffmam”, leia-se:

“Ester Hoffmann”.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/10/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2019, na pág. 41, no título, onde se lê:

“em 12/10/2019”, leia-se:

“em 2/10/2019”.